



## LICI. PROJETO BÁSICO Nº 22761979/2022-NTI/SR/PF/AC

Processo nº 08220.001586/2022-61

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais comuns de TI, conforme condições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
1	ADAPTADOR HDMI- VGA	50	R\$ 33,45	R\$ 1.672,50
2	ADAPTADOR HDMI-DVI	50	R\$ 17,06	R\$ 853,00
3	ADAPTADOR DPORT-DVI	40	R\$ 34,94	R\$ 1.397,60
4	BASE PARA MOUSE Marca de Referência: Maxprint/ Multilaser. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.3. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	50	R\$ 36,68	R\$ 1.834,00
5	CABO DE REDE CERTIFICADO CAT-6 3M	35	R\$ 28,00	R\$ 980,00
6	CONECTOR RJ- Saco com 100 unidades	1	R\$ 29,80	R\$ 29,80
7	FILTRO DE LINHA 1M Marca de Referência: Elgin. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	35	R\$ 29,68	R\$ 1.038,80
8	FILTRO DE LINHA 3M Marca de Referência: Elgin. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	10	R\$ 60,70	R\$ 607,00
9	FILTRO DE LINHA 12 TOMADAS Marca de Referência: Elgin. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	10	R\$ 60,02	R\$ 600,20
10	HD EXTERNO 1TB Marca de Referência: Seagate. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/ 2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	10	R\$ 309,30	R\$ 3.093,00
11	HD EXTERNO 2TB Marca de Referência: Seagate. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/ 2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	10	R\$ 439,50	R\$ 4.395,00
12	HD EXTERNO 4TB Marca de Referência: Seagate. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/ 2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	4	R\$ 631,00	R\$ 2.524,00
13	HD SAS 500GB Marca de Referência: Seagate. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/ 2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	3	R\$ 897,50	R\$ 2692,50
14	KIT DE FERRAMENTAS DE REDE	3	R\$ 159,78	R\$ 479,34
15	CARTÃO MICRO DS 128GB Marca de Referência: Sandisk. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	3	R\$ 133,37	R\$ 400,11
16	SSD 240GB SATA III Marca de Referência: Kingston. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	10	R\$ 236,00	R\$ 2.360,00
17	SSD 280GB SATA III Marca de Referência: Kingston. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	8	R\$ 349,98	R\$ 2.799,84
18	MOUSA OPTICO C/FIO Marca de Referência: Dell/ Logitech/Positivo. Similar ou de melhor qualidade (tcu,	70	R\$ 34,36	R\$ 2.405,20

	acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).			
19	KIT DE CHAVES FERRAMENTAS	3	R\$ 134,00	R\$ 402,00
20	ETIQUETADORA Marca de Referência: Brother. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	1	R\$ 305,45	R\$ 305,45
21	WEBCAM Marca de Referência: LOGITECH. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	8	R\$ 231,33	R\$ 1.850,64
22	GRAVADORA/ LEITORA EXTERNA BLU- RAY Marca de Referência: Lenovo. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	4	R\$ 634,40	R\$ 2537,60
23	DISCO BLU-RAY GRAVÁVEL Marca de Referência: Sony. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	500	R\$ 2,92	R\$ 1.460,00
24	Memória RAM 8GB DDR4 p/ Notebook Marca de Referência: Micron. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	10	R\$ 304,04	R\$ 3040,40
25	TECLADO PADRÃO ABNT Marca de Referência: Dell/ Multilaser. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	65	R\$ 33,97	R\$ 2.208,05
26	PEN DRIVE 32 GB Marca de Referência: Multilaser. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	25	R\$ 24,89	R\$ 622,25
27	KIT RIBBON YMCKO P/ IMPRESSORA SMARTH 51	4	R\$ 474,17	R\$ 1896,68
28	CRACHÁ PVC BRANCO	200	R\$ 0,60	R\$ 120,00
29	CABO USB TIPO C	10	R\$ 16,40	R\$ 164,00
30	CABO USB TIPO MICRO	10	R\$ 16,61	R\$ 166,10
31	MOCHILA Material: exterior Cordura® durável, painel traseiro moldado e compartimento de armazenamento para laptop bolso rígido Alça: Ajustável Fechamento: Com zíper Marca de Referência: Oakley. Similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão113/2016, plenário).	1	R\$ 1.300,64	R\$ 1.300,64
	32 ADAPTADOR DE TOMADA UNIVERSAL 20A	40	R\$ 7,20	R\$ 288,00

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de aquisição comum de TI;

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, por isso a empresa deve apresentar proposta detalhada para todos os itens que for vencedora;

1.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

## 2. CRITÉRIOS AMBIENTAIS E JUSTIFICATIVA DAS AQUISIÇÕES

2.1. Os produtos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

2.1.1. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental;

2.1.2. Os bens apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar que os materiais estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;

2.1.3. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados.

2.1.4. Caso o bem apresentado possua marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante conforme dispõe item 2.1.3.

2.1.5. Em qualquer caso as características dos bens apresentados na proposta do licitante serão analisadas criteriosamente pelo setor demandante, podendo ser solicitado folders, catálogos ou amostras.

2.1.6 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

## 2.2. Justificativa das Aquisições:

2.2.1. A compra desses insumos de informática é de extrema importância devido à alta rotatividade de servidores públicos no âmbito da Polícia Federal do estado do Acre e o baixo estoque na superintendência e delegacias descentralizadas. Essa compra de materiais de consumo teria o fim de suprir a falta de equipamentos de maneira mais célere, inclusive de equipamentos modernos, para os agentes públicos atuantes na Polícia Federal do estado do Acre que atuam tanto na área administrativa quanto no combate ao crime organizado e a corrupção.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1. Trata-se de aquisição comum;

3.2. A aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, conforme disposição do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

4.2. Os materiais do contrato poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, conforme disposição do § 1º do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

4.3. Os materiais serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme disposição do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme disposição do § 1º do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

## 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O prazo de entrega será iniciado após o recebimento do empenho pela empresa responsável, que será encaminhado via E-mail.

5.2. Todos os materiais deverão estarem em perfeito estado (novo/primeiro uso), devidamente preparada e acondicionada em embalagens apropriadas para o transporte.

5.3. Caso ocorra qualquer atraso de entrega, ou seja, materiais fora dos padrões solicitados ou em desacordo com as normas vigentes, o servidor responsável pela solicitação e recebimento destes deverá relatar em documentos próprios e realize as anotações e tome as providências cabíveis quanto a comunicação formal dos acontecimentos a empresa contratada. Caso a empresa não justifique ou solucione os acontecimentos, o setor de recebimento deverá informar a administração do ocorrido para início das providências cabíveis quanto as penalidades cabíveis.

## 6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Havendo divergências entre as especificações/unidades de medida registradas no sistema compra governamentais e este Projeto Básico, serão válidas a deste último. Portanto, devem ser consideradas as informações contidas no Projeto Básico, em detrimento do que consta no Sistema compra governamentais, haja vista a limitação do seu catálogo de produtos e serviços.

6.2. As descrições e indicações de marcas de referência tem como objetivo assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho dos materiais adquiridos, sendo que empresas podem apresentar marcas diferentes que apresentem características iguais ou superiores as descrições dos itens demandados na tabela 1.1 deste Projeto Básico.

6.3. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, devendo este prazo constar na proposta apresentada pela empresa e ser contado do recebimento do empenho pela empresa, em remessa única, no seguinte endereço:

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL - AC	Rodovia BR-364, nº 3501 - Pedro Roseno, Rio Branco/AC, CEP 69917-672	E-mails: yuri.ysf@pf.gov.br e/ou nti.srac@dpf.gov.br Telefone: (68) 3212 1213
---	--	---

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento da entrega, por servidor, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da entrega ou após, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da INSEGES/MP nº 5/2017;

7.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento da entrega e aceitação dos materiais do contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.9. Arquivar, entre outros documentos, termos de recebimento, relatórios técnicos após o recebimento do material e notificações expedidas.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo servidor responsável, as entregas efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratada dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 8.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos nas entregas a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pelo recebimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que com proveem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.5/2017;
- 8.7. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação da entrega;
- 8.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação;
- 8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução da entrega;
- 8.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

## 9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da entrega e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 9.2. A verificação da adequação da entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 9.3. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100)/365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 11.1. Considerando o valor da contratação, e o disposto no art. 95 “caput” e inc. I da Lei nº 14.133/2021, a critério da administração será dispensado o instrumento de contrato, ficando esse substituído por Nota de Empenho.
- 11.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 11.2.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida;
- 11.2.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 11.2.3 A contratada reconhece que as hipóteses e as formas de extinção dos contratos são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando o licitante ou o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- g) de acordo com o § 3º do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.1 De acordo com o § 3º do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - Impedimento de licitar e contratar em caso de infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em caso de infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. As sanções previstas nos subitens "I", "III" e "IV" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionário ou encarregado do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a CONTRATADA.	01

12.5. Também ficam sujeitas à penalidade do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

- a) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- b) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### YURI DE SOUZA FONTOURA

Agente de Polícia  
Chefe do NTI

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

#### GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

Agente Administrativo da Polícia Federal  
Chefe do SELOG

#### DESPACHO:

Considerando a necessidade de adesivos sinalizadores para portas de vidros, APROVO o Projeto Básico, bem como AUTORIZO a realização dos procedimentos necessários para as aquisições pretendidas pelo NTL.

#### ÉRICO BARBOSA ALVES

Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional da SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **YURI DE SOUZA FONTOURA, Chefe de Núcleo**, em 08/04/2022, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERICO BARBOZA ALVES, Superintendente Regional**, em 11/04/2022, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO, Chefe de Setor**, em 12/04/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22761979** e o código CRC **59CBE773**.

